

---

## Web Rádio Yandê e os Meios de Comunicação Comunitária: Um Olhar Decolonizador e Etnomidiático<sup>12</sup>

Letycia Gomes NASCIMENTO<sup>3</sup>

Pablo Nabarrete Bastos<sup>4</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### Resumo:

Este artigo pretende contribuir com a compreensão e o desenvolvimento teórico do termo etnomídia, a partir da comunicação indígena realizada pela Web Rádio Yandê, como uma prática de comunicação comunitária cuja centralidade está na afirmação e sustentação da etnicidade indígena. O artigo também desenvolve reflexão sobre as estratégias de formação e rotinas próprias de comunicação da Web Rádio Yandê, que se estabelecem de acordo com a formação cultural e identitária dos povos indígenas. Neste contexto, nosso objetivo é compreender as relações e fronteiras teóricas da *etnomídia indígena*, a partir de um olhar decolonizador, com conceitos de comunicação comunitária/popular/alternativa. Para isso, utilizaremos fundamentalmente contribuições de Paiva, Peruzzo, Yamamoto, Grinberg, Barbero e Caldart.

**Palavras-chave:** cotidiano; decolonização; representação política; etnomídia.

### INTRODUÇÃO

Refletir sobre os caminhos que levam a construção da *etnomídia*, e principalmente a *etnomídia indígena*, requer entender o percurso da luta social e a história de um povo que, antes de ser aculturado pela sociedade, sofreu severas tentativas de extermínio e escravidão.

No caminho da construção conceitual que propomos, iremos nos apoiar nas formulações de diversos autores contemporâneos dos Estudos Culturais, por entendermos que suas concepções estão mais próximas da realidade que hoje enfrenta a comunicação popular na América Latina. Deixamos claro, que neste mesmo sentido, não nos desfazemos dos clássicos conceitos que circundam a formação da Comunidade e da Sociedade, proposta por autores como Ferdinand Tönnies, pelo contrário, recorreremos a estes para desenvolver a centralidade de nosso argumento que vê nas características próprias da Comunicação Comunitária da América Latina, proposta por Jesús Martín-

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>3</sup> Mestranda do PPG Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense. E-mail: letyciaanasc@gmail.com

<sup>4</sup> Professor Doutor do PPG Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense. Orientador da pesquisa. E-mail: [pablobastos@hotmail.com](mailto:pablobastos@hotmail.com)

---

Barbero e Máximo Grinberg, o caminho para o estabelecimento de uma comunicação decolonizadora.

Em nossas discussões acreditamos ser importante pontuar a utilização do termo “decolonização” em substituição à “descolonização”. Isto porque, para nós, os processos de colonização não estão superados ou podem ser transpostos nas rotinas produtivas do cotidiano da América Latina, como indicam os processos de descolonização. Maldonado-Torres (2016) determina que a suspensão dos projetos colonialistas se baseia em uma luta anticapitalista na formação de um estado moderno, que ergue seu próprio desenvolvimento com base na exploração colonial. Desta forma o autor vê em Fanon (2009)<sup>5</sup> uma maneira de entender a decolonização como “um projeto e uma atitude” a gerar diferentes perspectivas políticas frente aos estudos interdisciplinares que tangem a questão do índio, do negro e da própria América Latina.

### **A construção do movimento indígena e a estruturação da etnomídia**

Para De Paris (2007), foi durante a segunda metade do Século XX, com o desenvolvimentismo implementado por Juscelino Kubitschek, que os movimentos migratórios começaram a transformar o cenário dos grandes centros urbanos do Brasil, sobretudo no eixo Sudeste/Centro-Oeste. Jesús Martín-Barbero (2004) denomina modernização e desenvolvimento como sendo dois momentos distintos na história latino-americana do século XX, e insere a comunicação como importante elemento organizador do Estado e do mercado nesses dois processos. “O desenvolvimentismo acaba por nos dizer que basta de reformas sociais e de política, precisamos sim é de uma concepção técnica dos problemas” (BARBERO, 2004, p. 197).

Após anos convivendo com a superlotação das cidades, a falta de estrutura pública, a baixa oferta de moradia e salários que não condiziam com a força de trabalho realizada, eclodiram os movimentos trabalhistas nacionais. Com o passar dos anos, os movimentos sindicais deram forças ao surgimento de organizações estudantis e religiosas na luta por melhores condições de vida e é neste contexto que indígenas, que moravam nas grandes cidades e que conviviam com a causa operária, despertaram para a possibilidade de uma organização política de resistência pelos seus povos.

---

<sup>5</sup> FANON, Frantz. Piel negra, máscaras blancas. Madrid, Editorial Akal, 2009.

---

A organização de movimentos sociais e políticos, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) — desenvolvido à luz das transformações propostas pelo Concílio Vaticano II —, que se estruturavam na luta pelos direitos dos Povos Originários, encontrou na comunicação uma ferramenta necessária para difundir o que acontecia nas aldeias espalhadas por todo o país.

Neste cenário o Jornal Porantim, fundado pelo CIMI — braço do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) —, publicado pela primeira vez em maio de 1978, foi o primeiro a propor publicações que retratassem como a luta pelos direitos indígenas se desenvolvia e o que enfrentavam nas incursões às aldeias e no Congresso.

Apesar de pertencer à Igreja Católica, o CIMI não tratava da evangelização pastoral em seus folhetins, mas perfilava, junto a jornais como a Tribuna e o Pasquim, as trincheiras da resistência política enquanto um jornal alternativo — conceituação que iremos abordar mais à frente —, denunciando os crimes e a censura da época. Antônio Carlos Queiroz, repórter do Jornal durante os anos 1980, conta que, em uma reunião de transferência de sede do veículo, um dos conselheiros da CNBB, Dom Tomás Baduino, elogiou-lhes dizendo que o Porantim era “o único jornal da Igreja sem cheiro de sacristia” (QUEIROZ, 2018, online).

Naquele encontro [em 1982], o Conselho Editorial chegou à conclusão de que o jornal “não tem caráter exclusivamente pastoral – ou confessional. É, antes, um jornal de denúncia, de análise, de informação, que, nessa linha, presta um serviço às lideranças indígenas, aos missionários, aos antropólogos e demais profissionais ligados à causa indígena e à opinião pública em geral”. Sua principal característica, mantida nessas quatro décadas, com os altos e baixos de praxe, foi a prática do jornalismo no sentido mais nobre, sofisticado, profissional. (QUEIROZ, 2018, online)<sup>6</sup>

É por entender que a missão da Igreja com o Porantim era política, e de certa forma podemos considerar também reparadora, que o Jornal conquistou tamanho crédito junto às lideranças indígenas ao longo dos mais de 40 anos em que vem sendo publicado. Ainda que a atuação do CIMI com o Porantim tenha sido e ainda seja de extrema importância na articulação pelos direitos dos Povos Originários, é uma reivindicação justa que os próprios indígenas tenham espaço na mídia alternativa para construir sua forma de comunicar, com um olhar decolonizador e voltado para o respeito à cultura e a diversidade

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2BelgtZ>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2018

étnica do Brasil, já que o corpo editorial do Porantim não conta com indígenas e nem aborda a formação da linguagem conforme as tradições indígenas. Anápuáka Tupinambá, coordenador da Web Rádio Yandê, acredita que o trabalho realizado pelos indigenistas não substitui a necessidade de participação e protagonismo dos próprios indígenas em suas lutas. Principalmente porque somente assim — acredita a coordenação da Rádio — o conteúdo veiculado não seria uma versão indigenista da história, mas uma que venha dos protagonistas da luta.

Antes de seguirmos adiante, faz-se necessário expor com maior cautela a que se refere o termo indigenista. De acordo com Oliveira (2000), classificam-se como indigenistas aqueles que sob a ótica do Estado ou de uma política de protetorado privada, organizam-se para representar os Povos Originários. A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o CIMI são exemplos de organizações indigenistas pública e privada, respectivamente.

Para que essa articulação indígena pudesse acontecer, jovens de diversas etnias, que em sua maioria viviam nas grandes cidades, fundaram a União das Nações Indígenas (UNI), no final da década de 1970. Durante seu tempo de atuação, a UNI realizou diversas ações políticas que visavam transformar a maneira como os Povos Originários eram vistos pela sociedade. É possível que sua ação mais significativa tenha se desenvolvido junto ao seu Núcleo Cultura Indígena, quando em 1985, criam o *Programa de Índio*, ligado à Universidade de São Paulo (USP). Esta iniciativa, que foi a primeira vez que jovens indígenas assumiram a liderança de suas necessidades políticas frente a comunicação, ainda serve de estímulo e exemplo para novos grupos de comunicação indígena que surgem em todo o Brasil.

Para além do *Programa de Índio*, a comunicação indígena brasileira desenvolve constantemente projetos de comunicação que visam alcançar novas fronteiras para a comunicação tradicional e voltada para projetos de etnodesenvolvimento e a construção social a partir de um olhar decolonizador. O projeto Vídeo nas Aldeias (1986), a Rádio Xingu, a Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Web Rádio Yandê são outros meios de comunicação fundamentais para a luta indígena do século XX e XXI e pela desmistificação do imaginário social acerca destes povos e culturas. Apesar de muito já se ter avançado na desconstrução deste imaginário é preciso que a ideia de que os povos indígenas estão sempre a mercê do sustento do Estado, de que suas culturas e tradições não fazem sentido

---

se vivem fora das aldeias seja cada vez mais desfeita e que a conscientização faça parte das rotinas comunicativas nacionais e internacionais.<sup>7</sup>

Como mencionamos anteriormente, o objetivo deste artigo é compreender as relações e fronteiras teóricas da etnomídia indígena, a partir de um olhar decolonizador, com conceitos de comunicação comunitária/popular/alternativa. Mas antes que possamos tecer nossas concepções em torno deste tipo de comunicação, e sua ação étnica propriamente dita, é necessário fazermos uma inflexão para refletir o que se entende, hoje, em torno do conceito de *comunidade*.

Na base do pensamento de Espósito (2007), Comunidade está ligada à formação do ser e do ser-com, para com o outro, que sou eu e o outro fora de mim. Yamamoto (2014) explica que na raiz da palavra *Communitas*, *cum+munus* representa a necessidade de dar-se incondicionalmente ao outro. Desta maneira a comunidade não é apenas o estar junto, organizado coletivamente, mas dar-se em união, ao serviço do outro, numa relação dialógica, mas que nunca espera por esse retorno, pelo contrário, preocupa-se apenas em servir as necessidades daqueles que formam a *Gemeinschaft* — comunidade — de Ferdinand Tönnies.

Raquel Paiva (2007) apresenta diversas concepções em torno do que poderia se tornar a comunidade, entretanto é sua exposição sobre as concepções de Tönnies que mais nos interessa para refletir sobre a formação da comunidade indígena, que se estende para as mais de 300 etnias presentes no Brasil. Para o sociólogo alemão, são três as possibilidades de vida comunitária, destas, todas nos parecem condizentes com a formação da identidade cultural indígena: “...a *consanguínea*, ou seja, aquela calcada nos laços de parentesco; a da *proximidade*, baseada nas relações de vizinhança; e a *espiritual*, atravessada pelos interesses, sentimentos, afetos em comum”. (TÖNNIES apud PAIVA, 2007, p.135).

Podemos entender os critérios de proximidade para além dos limites territoriais, estes se estendem junto aos caminhos da identificação de uma luta próxima, comum a todos os povos, bem como sua aproximação histórica e espiritual. Ainda que haja uma diferenciação necessária entre os grupos étnicos, de acordo com o que Michel Mafesoli (2014) defende na formação do habitus social, os critérios de aproximação permanecem

---

<sup>7</sup> O jovem indígena Cristian Wariu mantém um canal no Youtube onde esclarece os maiores mitos e responde as perguntas mais frequentes sobre quem são os Povos Indígenas brasileiros. Disponível em: <<http://bit.ly/2FaNaLn>>. Acesso em: 08 de junho de 2019

já que constituem um laço histórico comum. Isto porque o cenário social em que cada aldeia indígena está configurada se estabelece a partir de rotinas e tradições que, ainda que possuam uma única raiz, acabam por formular percepções próprias de suas rotinas.

Entendemos que a formação dos caminhos de luta social das comunidades indígenas no Brasil, aproxime-se das definições formuladas por Amaral Filho (2008), quando expõe o caso apresentado por Charles Hale (2002) no que diz respeito aos índios da Guatemala, que recebiam direitos básicos dos governantes para que a esses fossem estabelecidos limites de “‘até onde se pode ir’, uma espécie de freio representativo” (AMARAL FILHO, 2008, p.83). Tais organizações políticas e hegemônicas, que perpetuam limites à busca dos direitos indígenas e quilombolas acreditam em um essencialismo purista que deve ser mantido a qualquer custo, ainda que para isso certas carências sociais tenham que ser agravadas e que os limites à ascensão social permaneçam incólumes. Não que este purismo seja pelo desejo de manter as sociedades indígenas livres dos males não indígenas, pelo contrário, o que se deseja é não trazer para a sociedade a necessidade de convívio com os costumes e desejos dos Povos Originários. A busca pelos direitos é, assim, legítima:

Mas desde que, diz a sociedade hegemônica envolvente, não se ultrapassem os limites. Do contrário, perder-se-ia a caracterização das comunidades, e deixariam de ser, por exemplo, ‘favelados de verdade’, ‘índios de verdade’, ‘quilombolas de verdade’. *Em nome de um suposto essencialismo identitário, não se deve permitir que determinados muros sejam postos à baixo: o ideal é que grupos sejam física e simbolicamente mantidos dentro das muralhas da comunidade. Não é a toa que se faz etnoturismo país adentro e grupos de estrangeiros sobem a Rocinha para ver como é uma ‘favela de verdade’.*” (AMARAL FILHO, 2008, p.83-84, grifo nosso)

É dentro dessa perspectiva de luta pela justiça social, protagonizada por agentes indígenas que vivem entre o campo e a cidade, que a *etnomídia indígena* se articula e protagoniza espaços de luta comunicativa frente a uma mídia hegemônica que se constrói e se alimenta do coronelismo comunicativo e, por que não, ruralista.

### **Rádio Yandê e a construção do processo decolonizador**

Fundada em novembro de 2013, a Web Rádio Yandê se estabelece enquanto um meio de comunicação etnomidiático, que desenvolve trabalhos de conscientização da sociedade sobre os processos culturais e de resistência indígena no século XXI. Sua

---

atuação se desenvolve através do trabalho de seus três coordenadores e colaboradores indígenas autônomos espalhados por todo o território nacional. Autodenominando-se um meio de comunicação midialivrista, a Yandê foi fundada sob a coordenação de Anapuáká Tupinambá, Renata Machado e Denilson Baniwa; hoje o veículo já não conta com a participação direta de Denilson Baniwa e sim de Daiara Tukano como correspondente em Brasília; todo o seu funcionamento é financiado a partir de contribuições voluntárias de parceiros e apoiadores da causa, além dos eventos e cursos realizados pela Rádio.

Hoje a Web Rádio Yandê está no ar 24 horas por dia com pautas que envolvem assuntos específicos às necessidades indígenas, mas também que englobam o panorama social do Brasil e do mundo, sem nunca deixar de envolver importantes pontuações sobre a cultura indígena. São 24h de notícias gravadas e colunas de opinião que não seguem um quadro de horários pré-estabelecido, isto porque sua rotina de produção e maneira de veiculação seguem princípios próprios de formação da linguagem e da narrativa decolonizadora e ancestral indígena — mais à frente iremos detalhar qual seria esta maneira de construir sua comunicação.

Tendo como traço fundamental a manutenção destas rotinas de informação e comunicação indígena, precisamos refletir sobre como as relações hegemônicas influenciam as relações produtivas da comunicação comunitária. Pedrinho Guareschi (1996) acredita que a partir da mídia as ideias da sociedade se formam em relação ao desconhecido, ao que não é próximo a nós.

Ainda que as relações de poder entre a mídia e a sociedade tenham ganhado outros contornos e problematizações nos últimos anos — com o crescimento das diferentes vozes que ecoam a partir das mídias digitais —, ainda há muito a se desmistificar em relação a construção do outro nela apresentada. Afinal, ao se tratar de um país com dimensões continentais como o Brasil onde o acesso a world wide web alcança apenas um pouco mais de 60% da população<sup>8</sup> — nos territórios mais próximos aos grandes centros urbanos —, poucos são os que conseguem se informar de outra forma que não pela mídia hegemônica televisiva. Paiva (2009, online) acredita que é a partir do sentido estabelecido por Gramsci, que podemos entender hegemonia, que seria “caracterizada por uma postura totalizante, generalizada, mas que se dá com o consentimento ou a aceitação pelos demais. É, assim, uma configuração particular de

---

<sup>8</sup> A informação é do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação Disponível em: <http://bit.ly/2CVGD4P>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019



dominação ideológica.”<sup>9</sup> E é pela necessidade de superar as relações de dominação ideológica exercida pela mídia, no que diz respeito às tradições dos Povos Originários, que meios como o Programa de Índio, descrito por Pappiani (2001) como um canal de comunicação alternativa, e a *Web Rádio Yandê* surgem.

[...] a rádio surge como resposta às necessidades do movimento indígena nesse momento. Por suas características básicas que, de forma empírica, os indígenas já sabiam identificar: o uso da linguagem oral, a possibilidade do uso de outros idiomas na comunicação, o baixo custo e a facilidade na produção, a abrangência de um grande público, a possibilidade de gravar os programas em fitas cassete e distribuir às aldeias ampliando o tempo de vida do programa, a possibilidade do uso de outras linguagens na comunicação como as histórias, as narrativas tradicionais, a música, os sons naturais das aldeias. (PAPPIANI, 2012, p.111)

É dessa necessidade que a *Rádio Yandê* nasce, da tentativa de decolonizar o olhar da sociedade frente às comunidades indígenas. Em entrevista concedida a autora em 2017, Denilson Baniwa, um dos fundadores da rádio, comenta que a maior intenção do veículo é levar para fora das aldeias o que acontece no cotidiano de luta e na cultura dos Povos Originários, e que não é transmitido nos grandes veículos de comunicação, além é claro de mostrar que:

os índios estão na sociedade e não são mais aqueles de 1500. [A intenção da rádio é] mostrar a realidade indígena a partir da realidade das próprias vozes indígenas, dando voz às aldeias e educando a sociedade brasileira para quem nós somos. (BANIWA, 2017)<sup>10</sup>

Observando o campo político e ideológico midiático como um espaço de ampla disputa por audiência, onde vence aquele que sai na frente com as notícias mais rápidas e com os maiores furos de reportagem, a *Web Rádio Yandê* se articula neste espaço como um lugar de afeto e ancestralidade. Isso porque suas pautas se estabelecem de maneira a respeitar os fluxos de tempo em que a cultura de cada etnia se constrói, o que Baniwa (2017) chama de “tempo indígena”. Este tempo, que se estabelece de duas maneiras distintas, também foi explicado por Anapuáká Tupinambá (2018)<sup>11</sup>, conforme vamos descrever.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2HicVpt>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019

<sup>10</sup> Comunicação feita por Baniwa em 27 de setembro de 2017 em entrevista a autora

<sup>11</sup> Comunicação feita em duas ocasiões. Primeiro durante a Mesa Etnomídia da VI Comunicar!, em agosto de 2018, na UFRRJ, Seropédica – Rio de Janeiro; e posteriormente em entrevista concedida à autora em 2019.



---

Entender que é preciso haver um tempo de respeito e assimilação ao acontecimento que se deseja retratar é fundamental para a organização da *etnomídia indígena*, isto se dá pela necessidade de levar a informação sempre respeitando a *sabedoria do tempo*, que se estabelece desde os modos de produção até sua veiculação.

Na produção de conteúdos *etnomidiáticos* é levado em consideração a necessidade de estabelecer rotinas de produção que muitas vezes levam quase um ano para serem produzidas, isto porque para estes comunicadores o que mais importa não é o volume de publicações feitas ou a quantidade de assuntos abordados, mas sim a profundidade e o respeito com que esses assuntos são tratados.

É por respeitar esse tempo de narrativa espiritual que os canais de comunicação *etnoindígena* possuem outra característica fundamental na veiculação de suas notícias, principalmente as transmitidas através de podcasts e rádio, o tempo de fala e a construção mnemônica de raciocínio. Desta forma, os áudios veiculados não são editados ou cortados para acelerar a transmissão da informação, pelo contrário, quanto mais se divaga ao produzir uma informação, mais se deixa que as pausas e as respirações sejam transmitidas, ouvidas e principalmente sentidas (informação verbal)<sup>12</sup>.

Este *sentir* a informação talvez seja o que mais diferencia a *etnomídia indígena* dos outros canais de comunicação segmentada ou não. Entender o tempo e o silêncio como fundamentais na transmissão de uma informação, faz deste tipo de comunicação característico de uma cultura que, ainda que se comunique a sociedade não indígena e que com esta conviva e realize trocas fundamentais, não se permite esvaír daquilo que constitui sua formação identitária e ancestral.

A organização dos meios de comunicação em momentos decisivos, como os políticos enfrentados historicamente pelos indígenas no Brasil, e agravados no governo Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual) necessita situar-se de modo a entender os códigos necessários na articulação de luta social através dos canais comunicativos disponíveis. Douglas Kellner (2011) expõe a importância de se estabelecer uma posição de observação das imagens e discursos dominantes, na medida em que incorporam posições políticas ideológicas, que por consequência geram efeitos igualmente políticos e fundamentais: “há uma luta entre representações que reproduzem as lutas sociais existentes e transcodificam os discursos políticos da época” (KELLNER, 2001, p.77).

---

<sup>12</sup> Informação concedida por Denilson Baniwa em 27 de setembro de 2017, em entrevista a autora

### **Etnomídia: que comunicação é essa**

Antes de definirmos “etnomídia” como uma ramificação, ou não, da comunicação comunitária, é preciso que entendamos um pouco mais sobre como a Web Rádio Yandê atua e retornemos, brevemente, a discussão proposta para conceituar comunidade e Comunicação Comunitária, dessa vez, dentro dos moldes da formação identitária e cultural das minorias étnicas. Jesús Martín-Barbero (2004) acredita que a comunicação comunitária da América Latina caminha, cada vez mais, para um desenvolvimento antropológico, que fragmenta territórios culturais e expõe saberes coletivos na formação de uma nação pluriétnica.

Para o autor, a relação da comunicação com a cultura se dá como um campo de batalha, onde “pensar a política desde a comunicação significa propor em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação de poder” (BARBERO, 2004, p. 225). Para nós, esses “ingredientes simbólicos e imaginários” se manifestam nas mediações comunicativas, propostas por ele, em que Matrizes Culturais e Competências de Recepção são mediadas pela sociabilidade; e os Formatos Industriais e Competências de Recepção são mediados pela ritualidade. No Mapa das Mediações proposto por Barbero (2006, p. 16), o esquema se move em um eixo diacrônico, entre Matrizes Culturais e Formatos Industriais, e o sincrônico, entre Lógicas de Produção e Competências de Recepção.

Acreditamos ser preciso reverter a maneira como a construção desta sociabilidade tem sido implementada pela mídia hegemônica, servindo aos interesses privados do capital, e retorne à transformação da construção coletiva onde os direitos se constituem como premissa.

A Socialidade dá nome à trama de relações cotidianas que tecem os homens ao se juntar, e nas quais se ancoram os processos primários de interpelação e constituição dos sujeitos e identidades. Isso é o que constitui o sentido da comunicação como questão de *fi*ns e não só de *me*ios, enquanto mundo da vida que se insere, e desde onde opera, *a práxis comunicativa*. No comunicar, mobilizam-se e se expressam dimensões básicas do ser social: tanto aquelas desde as quais a coletividade se constrói e permanece, tecendo as negociações cotidianas com o poder, como aquelas outras nas quais eclode a luta para minar a ordem. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 231).

---

Na disputa por este espaço de construção coletiva e diaspórica junto à comunicação combativa, Renata Machado (2018)<sup>13</sup> conta que, para coordenação da *Web Rádio Yandê*, o tipo de *etnomídia* que realizam não se enquadra enquanto uma comunicação alternativa, isto porque, para eles, as populações indígenas não podem contar com nenhum outro tipo de comunicação, já que não se veem representados por elas, assim, não há alternativa a que se seguir. Entretanto, consideramos necessário resgatar a origem da comunicação alternativa enquanto movimento político para que se exponha sua construção junto à comunicação popular e comunitária em suas diferenças e similitudes.

É também no contexto das transformações políticas da ditadura militar que fizeram eclodir os movimentos sociais, que a comunicação popular e alternativa se desenvolve no Brasil. Em meio a necessidade de lutar contra as repressões da ditadura e a censura aos canais de comunicação de massa, entre os anos de 1970 e 1990, a comunicação alternativa transformou alguns cenários na transmissão da informação e abriu caminhos para a veiculação da informação e democratização da produção de conteúdo, assim a “comunicação alternativa se baliza por uma proposição diferente: pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora” (PERUZZO, 2009, p. 132). Já sobre a comunicação popular, Peruzzo (2006) acredita que não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas uma que nasce da necessidade e da organização de grupos populares. Ela caracteriza comunicação popular como uma forma de fazer comunicação participativa, horizontal, comunitária e dialógica, como uma “forma de expressão de segmentos excluídos da população” (PERUZZO, 2006, p. 2).

A comunicação popular era ferramenta necessária para a distribuição de uma informação crítica à população, dando-lhe material para enxergar a pluralidade de meios e formas possíveis de se fazer jornalismo. Essa pressão social em busca de informação e para as classes populares, resultou na expansão dos meios de comunicação alternativa.

Entendendo o distanciamento conceitual do termo “alternativo” para a organização dos povos originários, seguiremos com as proposições de Yamamoto (2008) ao diferenciar esse tipo de comunicação “alternativa à mídia de massa” apenas entre comunicação popular e comunitária. Para o autor, o ponto central que diferencia estes

---

<sup>13</sup> Comunicação feita por Renata Machado em 21 de agosto de 2018, durante a V Semana Acadêmica de Jornalismo da UFRRJ, Seropédica – Rio de Janeiro

---

movimentos se estabelece no significado histórico dos termos “comunitário” e “popular” enquanto práticas opostas: “ao passo que o primeiro [comunitário] busca conformação com o sistema social e suas estruturas pré-estabelecidas; o segundo [popular] procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular” (YAMAMOTO, 2008, p.16)

Ainda que o termo “alternativo” não agrade a organização dos movimentos de comunicação indígena, mesmo que este desagrado se mostre legítimo, é preciso levar em consideração aquilo que se estabelece na formação do termo. Para Grinberg (1987) um meio alternativo surge da própria construção social, quando se faz necessário gerar alternativas às concepções difundidas pelos meios dominantes “vinculado sempre ao propósito de *modificar em algum sentido a realidade*, ainda que este propósito se encontre com os limites que o próprio contexto lhe impõe” (GRINBERG, 1987, p. 24). Ele ainda vai além ao conceber o espaço de existência coletiva a que propomos para os meios de comunicação comunitária e popular, assim acredita<sup>14</sup> que:

A única alternativa autêntica seria a que derivasse de uma mudança radical, concebível não como uma substituição de poderes, mas como uma abolição do próprio poder. Mas estamos falando de opções que se referem a estruturas políticas, sociais e econômicas, a vias possíveis num mundo real. Isto nos leva a um intenso de generalização que supõe ao mesmo tempo relativizar o conceito e conferir-lhe historicamente, a fim de aplicá-lo a fenômenos que signifiquem um avanço, no que concerne ao complexo comunicação-informação, em condições concretas de uma determinada sociedade. (GRINBERG, 1987, p. 24)

### Considerações Finais

Ao contrário de como temos buscado ao definir o termo *etnomídia*, junto à atuação dos movimentos indígenas, Dennis de Oliveira (2011) coloca o termo de maneira mais abrangente. Para ele, este não seria um tipo de comunicação que se relaciona apenas com as minorias, mas é feita por todo meio de comunicação, inclusive pela mídia hegemônica, através de suas reportagens e propagandas centradas na branquitude normativa.

Entretanto, para nós, a *etnomídia* se estabelece como um caminho de luta social frente às relações de dominação, tendo em si características únicas, que se estabelecem na formação cultural e identitária de seus povos e, desta maneira, alteram as rotinas

---

<sup>14</sup> ibdem

---

produtivas pré-estabelecidas pela formação do campo comunicativo, sejam elas indígenas, quilombolas ou ribeirinhas.

Enquanto *etnomídia indígena* a Web Rádio Yandê possui particularidades fundamentais que nos fazem duvidar se esta seria apenas mais uma rádio comunitária no cenário midiático nacional e internacional, isto porque sua maneira de produzir se diferenciam de todo o tipo de comunicação analisada, suas rotinas de informação e seus fluxos linguísticos superam as fronteiras que nos levaria a concebê-la como um meio de comunicação popular/alternativa ou comunitária. Com relação ao conceito de popular, conforme os autores e conceitos supracitados e de acordo com a pesquisa realizada até o momento com coordenadores da Rádio Yandê, não há o objetivo de construir uma “hegemonia popular”, mas sim de desenvolver narrativas midiáticas que reflitam a socialidade e a ritualidade indígena e que possibilitem referenciais para a formação, sustentação e reprodução da sua etnicidade. Veiculando sua programação em 160 línguas indígenas e buscando ser um espaço de confiança para 305 etnias, acreditamos que a Web Rádio inaugure um novo espaço de formação da comunicação. Sem dúvidas sua organização e princípios constitutivos se espelham em modelos de comunicação popular e comunitária, no mais próximo modelo descrito por Peruzzo quando diz que a:

Comunicação popular e comunitária: [se estabelece nos] processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas. (PERUZZO, 2009, p. 141)

Estamos diante de um cenário comunicativo diferente das organizações produtivas que conhecemos, e um cenário que tende a se desenvolver em larga escala, levando em consideração suas colaborações editoriais que chegam de todos os cinco continentes e de suas fortes parcerias que se estabelecem pelo vínculo da resistência e da necessidade de luta em sua frente comunicativa e política.

---

O que se têm é uma nova maneira de se fazer comunicação, que se estabelece primordialmente no que Roseli Caldart (2000) define como “Enraizamento Projetivo”<sup>15</sup>, ter firme suas raízes e a certeza de sua ancestralidade, que pode projetar-se, utilizando dos meios não-indígenas mais modernos possíveis, para fazer valer a justiça social e a decolonização do saber e da vivência dos Povos Originários.

### Referências bibliográficas

AMARAL FILHO, Nemézio C. As perigosas Fronteiras da “Comunidade”: um desafio à comunicação comunitária. In: Paiva, Raquel e Santos, Cristiano (org). **Comunidade e Contra hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Maiad X: FAPERJ, 2008.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

GUARESCHI, P. Relações Comunitárias relações de dominação, in: **Psicologia Social e Comunitária: da solidariedade à autonomia**, Petrópolis, Ed. Vozes, p. 81-99,1996.

DEPARIS, Sidiclei Roque. **União das Nações Indígenas (UNI): CONTRIBUIÇÃO AO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL (1980-1988)**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em História, Região e Identidades) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados, 2007.

Domicílios com Acesso à Internet. In: **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: TIC domicílios 2017**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018, 416. Disponível em:< <http://bit.ly/2CVGD4P>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

ESPOSÓSITO, Roberto. Nihilismo e Comunidade. In Paiva, Raquel (org). **O Retorno da Comunidade**. p.15-30. Rio de Janeiro. Mauad X, 2017

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8 ed. Curitiba. Positivo, 2010

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In Máximo Simpson Grimberg (org). **Comunicação Alternativa na América Latina**. (p.17-35). Petrópolis. Vozes, 1987.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP. EDUSC, 2001

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Revista Sociedade e Estado. V. 31, n. 1, p.75-97, jan/abr 2016. Disponível em: < <http://bit.ly/2uVCavo>>. Acesso em 22 de março de 2019

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, Dennis de. **Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática**. In: [S.l.: s.n.], ECA USP, 2011.

---

<sup>15</sup> A autora utiliza o termo para conceituar o trabalho desenvolvido na educação e formação do Movimentos dos Sem Terra (MST).

OLIVEIRA, R. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 213-230, 1 dez. 2000.

PAIVA, Raquel. **Contra Mídia-Hegemônica**. Fonte: Laboratório de Estudos em Comunicação comunitária (Lecc). Disponível em: <<http://bit.ly/2HlcVpt>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro. Mauad X, 2003

PAPPIANI, Angela. **Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas**. Novos Olhares, São Paulo, p. 107-118, june 2012. ISSN 2238-7714. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51452/55519>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Revisando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 29, 2006, Brasília. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2Wle2MP>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Jornal Sofisticado, profissional**. Fonte: Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <<http://bit.ly/2BeItgZ>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

**Quem somos**. (s.d.). FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO <<http://www.fncc.org.br/forum/quem-somos/>>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A natureza da comunicação popular e comunitária. (p.13-35) In. **Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses**. Bruno Fuser (org). Rio de Janeiro. E-papers, 2008.

\_\_\_\_\_. O Conceito de Comunidade na Comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.21, n.2, p.438-458, maio-ago, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2ShGNNs>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

WARIU. **As maiores dúvidas e mentiras que contam sobre os povos Indígenas EP-PILOTO**. 10 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ySfDWo5dLFE>>. Acesso em: 8 de junho de 2019